

FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE
INSTITUTO ENSINAR BRASIL – REDE DOCTUM DE ENSINO

**CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: A contabilidade como a principal
forma de gestão de sobrevivência organizacional.**

Marcos Antônio de Freitas^{*}
Gláucia Aparecida Soares Mendes^{}**

RESUMO

As entidades de interesse público sem fins lucrativos, e que são subsidiadas pelo setor privado, vem desempenhando uma importante função na sociedade. Estas organizações são caracterizadas como Terceiro Setor e tem como principal objetivo promover ações que trazem de alguma forma benefícios às comunidades. O crescimento das instituições e a busca por desenvolver atividades que tragam o bem estar social carece de instrumentos que as tornam confiáveis perante a população e o Estado. A Contabilidade possui esse instrumento que possa tornar as organizações mais transparentes e confiáveis. O presente estudo tem o objetivo de entender como a contabilidade pode ajudar uma organização do Terceiro Setor, para isso faremos uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo que evidenciam com fatos e dados de uma determinada instituição inserida no município de João Monlevade, a real situação patrimonial, visando buscar oportunidades que possam trazer algum benefício à instituição.

Palavras-Chaves: Contabilidade. Organização. Patrimônio. Terceiro setor

^{*} Acadêmico em Ciências Contábeis, marcos_freitas07@yahoo.com.br

^{**} Professora orientadora na faculdade Doctum João Monlevade; promovefiscal@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor vem desempenhando cada vez mais um importante papel como agente da transformação social. Representado pelas organizações que prestam serviços em prol da sociedade, com finalidade de atender algumas demandas que não são fornecidas pelo Estado (Primeiro Setor) e passam a ser preenchidas por esse tipo de organização. Geralmente são formadas por voluntários, e na maioria das vezes são mantidas por doações.

Após a colonização, a sociedade se viu abandonada pelo Estado, surgiu então a necessidade de implantar alguns sistemas que cobrissem tal carência. Acredita-se que o Terceiro Setor surgiu dessa falha de gestão do Estado e iniciou-se com a Igreja Católica, que atendia através da caridade cristã.

Atualmente as entidades do Terceiro Setor podem ser caracterizadas como (ONG's), cooperativas, associações, instituições ou fundações, e são mantidas através de doações de bens, serviços voluntários, subvenções, prestação de serviços a outras entidades, ou comercialização de seus próprios produtos, onde o resultado é revertido e destinado à sociedade, com finalidade social, ambiental, cultural entre outras.

As entidades filantrópicas tem como propósito buscar o desenvolvimento e o bem estar da sociedade, realizando um papel importantíssimo nas questões sociais, contando em suma com uma crescente parceria entre voluntários e empresas privadas (Segundo Setor), com visão focada em melhorar a qualidade de vida da população. São inúmeras as instituições existentes apesar de diferentes propósitos, mas, sempre com um mesmo objetivo.

A geração de superávit não é a finalidade do terceiro setor, porém, as instituições precisam de recursos financeiros para sua manutenção e continuidade. Como toda organização necessita gerar recursos, o terceiro setor não é diferente, esses recursos são na maioria advindos de doações, incentivos fiscais entre outras, dessa forma mostra-se necessário o controle patrimonial, sendo assim o presente trabalho baseou-se na seguinte problemática: Qual a importância da contabilidade para o controle patrimonial do terceiro setor?

Tendo em vista a solução do problema o objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância da Contabilidade no controle patrimonial do terceiro setor.

Já os objetivos específicos foram: a) apresentar as principais diferenças entre o primeiro, segundo e terceiro setor; b) apresentar as características legais do terceiro setor; c) identificar e demonstrar os procedimentos contábeis aplicados na Entidade A e; d) Analisar o balanço patrimonial da Entidade A.

Com intuito de atingir os objetivos propostos por este trabalho à metodologia aplicada terá abordagens qualitativas e quantitativas, os dados serão analisados por meio de estatísticas descritivas, com estudo de caso.

O presente trabalho faz-se necessário, pois as organizações do Terceiro Setor assumem grande importância na sociedade e na economia, visam atender demandas sociais não sanadas pelo Estado, apesar de não terem fins lucrativos sua continuidade depende da gestão dos seus recursos, dessa forma a contabilidade torna-se um instrumento capaz de auxiliar tais organizações no que tange o controle patrimonial, financeiro e na otimização de seus recursos.

Afinal a contabilidade possibilita para as organizações por meio de seus demonstrativos contábeis, informações financeiras e contábeis do patrimônio da entidade em um determinado tempo, de forma clara e concisa, que auxilia a tomada de decisão.

Esta contabilidade é também importante e aplicada no terceiro setor, pois possibilita uma maior transparência dos atos dos gestores, para que os investidores não tenham dúvidas de como estão sendo aplicadas as doações, possibilitando novos investimentos e parcerias para as organizações do terceiro setor.

Este trabalho foi organizado de modo que, após a introdução, é apresentado o referencial teórico com os principais conceitos de contabilidade principalmente referente ao terceiro setor. O trabalho segue com a caracterização da empresa objeto deste estudo da Entidade A; a metodologia utilizada e análise de dados dão sequência ao trabalho, precedido de suas conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico será a base para o desenvolvimento do presente trabalho, pois se trata da contextualização do tema, contendo assuntos e conceitos

relacionados ao problema. Constam nesta seção, informações sobre o conceito de contabilidade, características do primeiro, segundo e terceiro setor.

2.1 Conceitos de Contabilidade

Para Schimidt (2000) a contabilidade existe desde os povos primitivos que utilizavam de objetos da época para contabilizar suas coisas e animais como, por exemplo, ossos e pedras para riscar paredes, marcando assim a quantidade dos seus bens.

Segundo Ludícibus (2010) a contabilidade é tão remota quanto o homem que pensa e conta, pois a sua necessidade de acompanhar a evolução dos patrimônios foi o grande motivo para o seu desenvolvimento.

Sá (1994) corrobora ao afirmar que a contabilidade está ligada diretamente na necessidade das pessoas saberem o quanto possuem e com o crescimento dos bens e valores já não era possível o método dos povos primitivos, surgindo assim à necessidade dos fatos ocorridos.

A contabilidade desde seu aparecimento como um conjunto ordenado de conhecimento com objetivo e finalidades definidas, tem sido considerada como arte, técnica ou como ciência, de acordo com a orientação seguida pelos doutrinadores ao classificá-la no elenco das espécies do saber humano (Franco 1997).

Sendo assim pode-se conceituar contabilidade como ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais (Sá, 2010).

Para Franco (1997) a contabilidade tem como função registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que acontecem como o patrimônio dos indivíduos, com o intuito de fornecer informações, interpretações e orientações sobre as variações desse patrimônio para a melhor tomada de decisão dos seus administradores.

Segundo o autor supracitado a contabilidade tem como finalidade controlar os fenômenos ocorridos no patrimônio que é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculadas a entidade econômico-administrativa e constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos, por meio do registro, da

classificação, da demonstração expositiva, da análise e interpretação dos fatos nele ocorrido.

A contribuição da Contabilidade é evidenciada por Sá (1987, p. 14):

O conhecimento contábil científico se organiza de forma sistemática para enunciar explicações sobre o que ocorre com o patrimônio das empresas e instituições (aziendas). Pondera-se que o patrimônio para a contabilidade é o cerne da existência da ciência contábil e suas variações o que dá vida a ela (Sá, 1987, p. 14).

Percebe-se através dos autores citados que a contabilidade é uma ferramenta utilizada para registrar, contabilizar e analisar o patrimônio dos indivíduos, fornecendo-os informações suficientes para auxiliar na tomada de decisões.

2.2 A Contabilidade Como Ferramenta de Gestão

Como vimos na seção anterior à contabilidade fornece informações para os administradores, sendo assim a contabilidade gerencial, trata-se de uma ferramenta muito eficiente voltada para a gestão das empresas, que utiliza destes mecanismos com intuito de obter sucesso nos seus processos.

Ludícibus (2010), afirma que a contabilidade gerencial é um instrumento da administração, Atkinson et. al. (2011) corrobora ao definir contabilidade gerencial como um mecanismo capaz de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre eventos econômicos da organização, essas informações torna-se fonte para a tomada de decisão e controle nas organizações.

A Contabilidade Gerencial é considerada um ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas no auxílio de suas funções gerenciais, voltadas à melhor utilização dos recursos econômicos da empresa (CREPALDI, 2007).

2.3 Características do Primeiro e Segundo Setor

O contexto econômico atual está composto por três setores distintos que auxiliam na movimentação da economia e permitem o crescimento da sociedade, sendo o Primeiro Setor representado pelo Estado, no caso o Poder Público. O Segundo Setor é composto pelas empresas privadas, com finalidade lucrativa. Por fim, o Terceiro Setor envolve uma diversidade de organizações sem fins lucrativos.

Entende-se por primeiro setor o Estado, cuja finalidade é propiciar o atendimento às necessidades públicas, e para suprir essas necessidades, o Estado coloca à disposição serviços que objetivam o maior grau possível de bem-estar social ou da "prosperidade pública" (Kohama, 1989).

O segundo setor é representado pelas empresas privadas, tem como característica principal visar ao lucro. Quanto aos recursos, esses são oriundos da própria atividade/operação e de financiamentos, tendo a aplicação do seu resultado, ou seja, o lucro, observada a Lei das Sociedades por Ações, distribuído aos investidores e para as sociedades de responsabilidade limitada, conforme designação dos sócios.

2.4 Terceiro Setor

Para Paes (2003), o protestantismo foi à causa do surgimento do terceiro setor no mundo, pois os locais construídos para a colonização da Igreja protestante funcionavam também como escolas para as crianças, centro comunitário, ou seja, a indícios de uma grande capacidade de associação das pessoas para a consecução de objetivos comuns de autoajuda.

Ainda segundo o autor supracitado o terceiro setor pode ser definido:

[...] como o conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento (PAES, 2003. P.88).

Na mesma linha Fernandes (1997) afirma que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania.

Paes (2003) corrobora que o terceiro setor começou a ser reconhecido, por sua capacidade de mobilização de pessoas e materiais para o atendimento de importantes demandas sociais, que o Estado não é capaz de atender, com participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social.

A principal característica do Terceiro Setor é que não busca o lucro, são entidades sem fins lucrativos, ou seja, seu "lucro" não é destinado aos detentores do

patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit (CFC, 2008).

Outras características do terceiro setor são apresentadas pelo CFC (2008) no manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse Social, são elas:

- a) Promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) Manutenção de finalidades não lucrativas;
- c) Adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais;
- d) Atividades financiadas por subvenções do primeiro setor e doações do segundo setor e de particulares;
- e) Aplicação do resultado das atividades econômicas que, por ventura, exerçam nos fins sociais a que se destina;
- f) Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

A base da contabilidade para as entidades do terceiro setor é a lei 6.404/76, lei das sociedades anônimas ou sociedades por ações e suas alterações trazidas pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

Pode-se concluir que o terceiro setor são instituições que visam o bem estar da sociedade, realizando trabalhos voluntários voltados para diversas áreas que o Estado não consegue suprir. Essas instituições não tem como finalidade a obtenção de resultado positivo, porém precisam gerar superávit para a manutenção e continuidade de sua existência.

2.4.1 Empresas que Constituem o Terceiro Setor

As empresas para ser consideradas do terceiro setor devem seguir aspectos conceituais e legais de cada entidade, observando suas formas de constituição, de administração, quais legislações são relacionadas a elas.

A natureza jurídica das organizações do Terceiro Setor é abordada nos incisos I, III, IV e V do art. 44 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Relaciona as pessoas jurídicas de direito privado como sendo as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003);

V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003).

2.4.1.1 Associação

De acordo com Paes (2003) a associação é um agrupamento de pessoas dotado de personalidade jurídica, de direito privado, voltada à realização dos interesses de seus associados ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência legal surge com a inscrição de seu estatuto.

Ainda segundo o autor supracitado há associação somente quando não há fins lucrativos, ou seja, não visa e nem há distribuição de lucros, porém a mesma pode realizar negócios, para obtenção de superávit, o mesmo deve ser aplicado em seu patrimônio e em seu trabalho dependendo de sua finalidade.

De acordo com o CFC (2008) o estatuto da associação deverá definir a composição e o funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos, sendo a Assembleia geral o órgão de deliberação máxima que tem como competências: a) eleger os administradores; b) destituir os administradores; c) aprovar as contas e; d) aprovar e alterar o estatuto que deve seguir requisitos legais conforme arts 46 e 54 do código civil, combinados com o art. 120 da Lei nº 6015/73.

2.4.1.2 Fundação

Diferente das associações, as fundações nascem de um patrimônio formado por bens livres, ou seja, legalmente disponíveis ou desonerados, que é doado através de escritura pública ou testamento que ganham finalidade jurídica e deverá ser administrado de modo a atingir a finalidade estipulado pelo seu instituidor, de acordo com o art. 62 parágrafo único do Código civil de 2002, somente podem ser constituídas fundações para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência (CFC, 2008).

O art. 62 do Código Civil dispõe que

[...] para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser a maneira de administrá-la.

O estatuto da fundação deverá conter sobre a administração que deverá ser composta de, no mínimo dois órgãos: um deliberativo comumente denominado Conselho Curador que tem como função deliberar sobre as diretrizes da fundação para o atingimento dos fins estatutários; e outro executivo que pode ser denominado como diretoria executiva, conselho diretor ou conselho de administração que tem como função executar as diretrizes estatutárias, manter em guarda e boa ordem os registros inerentes à pessoa jurídicas, entre outras.

2.4.1.3 Organizações Religiosas

A organização religiosa foi incluída no art. 44 do Código Civil, pela Lei nº 10.825 de 22 de dezembro de 2003, como pessoa jurídica de direito privado. São entidades sem fins lucrativos que professam culto de qualquer credo. São integradas por membros de confissão religiosa.

O segundo o Código Civil, art. 44, trouxe também modificações benéficas, pois além de mudarem sua classificação jurídica para organizações Religiosas, isentaram-nas de aplicar as regras específicas para associações contidas nos artigos 53 a 61 do Código Civil, porém, permaneceram obrigadas a adaptar seu estatuto social aos princípios gerais de entidade que regem o novo Código Civil, uma vez que permaneceram na condição de pessoa jurídica de direito privado, isso porque no Brasil não existe uma legislação específica que regule as Organizações Religiosas.

No estatuto também deve constar, de acordo com o art. 46 do Código Civil, inciso VI, as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio. A averbação do instrumento de dissolução deve ser feita no Cartório de Registro onde a entidade estiver inscrita (Código Civil, art. 51, § 1º).

2.4.1.4 Partidos Políticos

Os partidos políticos foram incluídos no art. 44 do Código Civil pela Lei nº 10.825 de 22 de dezembro de 2003, como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de assegurar o regime democrático e defender os direitos constitucionais, cujo estatuto deve ser registrado na Justiça Eleitoral.

Segundo Viana (2003) os partidos são organizações burocráticas, sendo um sistema democrático representativo, considerados entidades de coordenação e de manifestação da vontade popular, ou seja, que toda vontade emana do povo, e os partidos atuam como responsáveis por fazer valer essa vontade.

No seu estatuto deve constar, além das cláusulas obrigatórias, o direito de ampla defesa e a perda de mandato parlamentar quando o eleito deixar a legenda ou votar contra as diretrizes do partido.

Percebe-se que o partido político tem como finalidade assegurar o interesse da população que por voto secreto elege seus representantes.

2.4.2 Demonstrações Contábeis para o Terceiro Setor

De acordo com as NBC T 10 as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades do Terceiro Setor, são: Balanço patrimonial; Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

2.4.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa uma demonstração de diversas naturezas que compõe a riqueza da entidade, por isso é dita estática, e se refere ao estado patrimonial em determinado momento (CFC, 2008).

De acordo com Ludicibus (2004, p.185):

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receita e Despesa também terem sido executadas (IUDICIBUS, 2004. P.185).

De acordo com NBC TG Item 4.4 os elementos que compõe o balanço patrimonial são: a) ativo que é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade; b) passivo: é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos; c) patrimônio líquido é o

interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos (NBC, 2011).

Segundo a NBC TG 26 (2011. p. 534), item 54:

O balanço patrimonial deve apresentar, respeitada a legislação, no mínimo, as seguintes contas: (a) caixa e equivalentes de caixa; (b) clientes e outros recebíveis; (c) estoques; (d) ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”); (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e ativos à disposição para venda de acordo com a NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; (f) ativos biológicos; (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial; (h) propriedades para investimento; (i) imobilizado; (j) intangível; (k) contas a pagar comerciais e outras; (l) provisões; (m) obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”); (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido na NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro; (o) impostos diferidos ativos e passivos, como definido na NBC TG 32; (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com a NBC TG 31; (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

Nota-se que o balanço patrimonial é uma demonstração contábil que visa demonstrar a situação financeira de uma organização em um determinado período de tempo.

2.4.2.2. Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício

A Demonstração do déficit ou superávit do exercício é utilizada para as entidades do terceiro setor, é um demonstrativo que evidencia como foram aplicados os recursos obtidos e as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit.

De acordo com Ludicibus (2004) a Demonstração do Resultado do Exercício é a evidenciação contábil da aplicação criteriosa dos procedimentos de escrituração e ajuste, tudo obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, prioritariamente à competência.

Esta demonstração tem por objetivo principal, nas entidades sem fins lucrativos evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, ou seja, será evidenciado além do resultado (superavitário ou deficitário), quais foram as atividades desenvolvidas neste mesmo período (OLAK;NASCIMENTO, 2010).

Enfim nota-se que essa demonstração é fundamental para evidenciar as ações dos gestores na aplicação dos recursos obtidos e quais os custos e despesas geradas pelas atividades da entidade.

2.4.2.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social

Essa demonstração contábil tem como objetivo apresentar as variações ocorridas no patrimônio líquido da Entidade sem Finalidade de Lucros, e a sua posição contábil-financeira ao final do período, tendo como base a movimentação ocorrida nas contas que fazem parte de sua composição (CFC, 2008).

Conforme Ludicibus (2004) essa demonstração evidencia a movimentação, no período de todas as contas do Patrimônio líquido, conta por conta principal, bem como a formação e utilização de reservas, inclusive as de lucro.

De acordo com a NBC TG (2011. p. 544 e 545) a demonstração das mutações do patrimônio líquido deve incluir as seguintes informações:

- (a) o resultado abrangente do período, apresentando separadamente o montante total atribuível aos proprietários da entidade controladora e o montante correspondente à participação de não controladores;
- (b) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e as correções de erros reconhecidas de acordo com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (c) para cada componente do patrimônio líquido, os efeitos da aplicação retrospectiva ou da reapresentação retrospectiva, reconhecidos de acordo com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (Redação alterada pela Resolução CFC n.º 1.376/11)
- (d) para cada componente do patrimônio líquido, a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente as mutações decorrentes:
 - (i) do resultado líquido; 545 NBC TG GERAL NORMAS COMPLETAS
 - (ii) de cada item dos outros resultados abrangentes; e
 - (iii) de transações com os proprietários realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.

Percebe-se que as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Social apresentam como as conta do Patrimônio Líquido sofreram modificações durante um determinado período.

2.4.2.4 Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

Segundo Ludicibus (2004) a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é utilizada para evidenciar com clareza as fontes de capital de giro líquido e suas aplicações, ou seja, possibilita que as Entidades do terceiro setor representem a forma da origem e aplicação dos seus recursos e a mesma pode determinar também a aplicação de políticas eficazes para melhor fazer uso dos seus recursos disponíveis, porém a partir de 01 de janeiro de 2008 começou a vigorar a Lei nº. 11638/07 que substitui a DOAR pela DFC.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A Entidade A que será estudada neste artigo é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, sem discriminação religiosa ou racial, com sede e foro na cidade de João Monlevade–MG, com Inscrição Estadual Isenta,

A entidade é reconhecida como utilidade pública em âmbitos: Municipal - lei Nº 1555/02 e Estadual - lei Nº 14.855/03.

A principal finalidade da entidade é auxiliar, a nível pré-hospitalar, em situações de emergência ou urgência às vítimas de acidente e/ou mal súbito, dando amparo à sociedade de um modo geral. Colabora com autoridades municipais, estaduais e federais, quando solicitado ao atendimento de acidentes provenientes de rodovia, área urbana ou em casos de calamidade pública.

Atualmente a entidade conta com formação específica de socorristas e que em seu dia-a-dia são profissionais das mais diversas áreas, tais como: vendedores, eletricitas, operários de usinas, músicos, profissionais liberais, representantes comerciais, empresários, comerciantes, técnicos em segurança, bombeiros civis, técnicos de enfermagens, enfermeiros médicos, entre outros.

O serviço está disponível 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, e conta com um grupo de, no mínimo, quatro pessoas para os atendimentos. Para ingressar no grupo, é necessário que o candidato preencha alguns requisitos, tais como: idade mínima de 18 anos, Ensino Médio completo, comprovante de

bons antecedentes emitidos pelas Polícias Civil e/ou Federal, aptidão física e psicológica, seguro devida.

Todos os voluntários estão sempre passando por capacitação nas áreas de atendimento pré-hospitalar, emergências com produtos perigosos, salvamento em altura, mergulho, salvamento aquático, entre outros. Com as capacitações, alguns dos voluntários já se especializaram e, hoje, são instrutores nas áreas de emergências. Além disso, é mantida uma grade mensal de treinamentos para a nivelção de informações entre os voluntários.

4 METODOLOGIA

Segundo Thiollent (2005), a metodologia lida com avaliação de técnicas de pesquisa além de auxiliar o pesquisador a se orientar no processo de investigação, tomada de decisões oportunas, técnicas e dados adequados.

Gil (2002, p. 17) define que “a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos, envolvendo inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”.

A abordagem deste estudo será quantitativa e qualitativa.

De acordo com Diehl *et al.* (2007) a pesquisa quantitativa utiliza a quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, trata-se de técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança. Tal abordagem será utilizada para análise e interpretação dos dados obtidos através das demonstrações contábeis.

Já a pesquisa qualitativa é conceituada por Marconi e Lakatos (2009) como uma abordagem que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

A pesquisa será descritiva, segundo Andrade (2006) a pesquisa descritiva se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a intervenção do pesquisador, dessa forma a pesquisa descritiva tem como objetivo observar os fatos e chegar à conclusão do que está ocorrendo e o que pode ser mudado, mas sem interferir neles.

O presente trabalho usará a coleta documental.

Após a autorização da Entidade A, será possível analisar as demonstrações contábeis do ano de 2012, 2013 e 2014 com intuito de verificar a posição patrimonial e financeira da organização, Vergara (2007), diz que investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas, podem ser registros, regulamentos, informações, circulares, história e outros.

Os dados obtidos por meio das demonstrações serão interpretados através de estatística descritiva, para Piana, Machado e Selau (2009) o objetivo da estatística descritiva é resumir as principais características em um conjunto de dados utilizando de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Optou-se pela estatística descritiva, pois os resultados obtidos serão dispostos em forma de gráficos e tabelas.

Vergara (2007) afirma que todo método de pesquisa tem possibilidade e limitações. Este trabalho não é exceção, porém a limitação encontrada aqui poderá servir como objeto de estudo para outros acadêmicos, o presente trabalho terá como limitação o período, pois levarão em consideração apenas os resultados obtidos nos anos de 2012, 2013 e 2014, portanto será uma pesquisa em um período específico.

5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE A

Iniciando análise sobre as Demonstrações Contábeis, que devem ser elaboradas por uma entidade sem finalidade de lucros, segundo o ITG 2002. Serão observados alguns dados fornecidos pela Entidade A no ano de 2012 a 2014. Neste Artigo será analisado o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit e alguns indicadores financeiros que são de suma importância para a continuidade da Entidade.

A tabela 1 apresenta o Ativo da entidade nos períodos de 2012 a 2014 levando em consideração os resultados obtidos pela análise horizontal e vertical.

Tabela 1: Balanço Patrimonial - Ativo

Classificação	Descrição	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012		2012 a 2014
		R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H
1	ATIVO	97.230,06	100,0%	1,9%	95.435,19	100,0%	17,8%	81.037,76	100,0%	20,0%
1,1	ATIVO CIRCULANTE	64.363,24	66,2%	-8,2%	70.129,44	73,5%	197,9%	23.543,58	29,1%	173,4%
1.1.01	DISPONÍVEL	64.363,24	66,2%	-8,2%	70.129,44	73,5%	197,9%	23.543,58	29,1%	173,4%
1.1.01.01	CAIXA	3.174,07	3,3%	-12,5%	3.628,25	3,8%	39,2%	2.605,90	3,2%	21,8%
1.1.01.02	DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	61.189,17	62,9%	-8,0%	66.501,19	69,7%	217,6%	20.937,68	25,8%	192,2%
1.1.01.03	NUMERÁRIO EM TRÊNSITO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.01.04	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.06	OUTROS CRÉDITOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.06.02	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1,2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.866,82	33,8%	29,9%	25.305,75	26,5%	-56,0%	57.494,18	70,9%	-42,8%
1.2.02	INVESTIMENTOS	1.416,85	1,5%	52,2%	930,70	1,0%	50,3%	619,17	0,8%	128,8%
1.2.02.02	OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES	1.416,85	1,5%	52,2%	930,70	1,0%	50,3%	619,17	0,8%	128,8%
1.2.03	ATIVO IMOBILIZADO	31.449,97	32,3%	29,0%	24.375,05	25,5%	-57,1%	56.875,01	70,2%	-44,7%
1.2.03.01	BENS EM OPERAÇÃO - CUSTO	31.449,97	32,3%	29,0%	24.375,05	25,5%	-57,1%	56.875,01	70,2%	-44,7%

Fonte: Autor (2012 a 2014)

Conforme mostra a tabela 1 notam-se alguns pontos importantes a serem citados em relação ao ativo da entidade. O Ativo Circulante no ano de 2014 representa 66,2% do total do Ativo e com um crescimento de 173,4% no acumulado entres os anos de 2012 a 2014 onde 95% deste recurso estão concentrados na Conta Depósitos Bancários a Vista, com um crescimento de 192,2%.

O Ativo Não Circulante representa 33,8% do total do Ativo em 2014 com 95,5% em Ativo Imobilizado. Nota-se que no período houve uma redução de 42,8% devido à diminuição do Ativo Imobilizado que caiu 44,7%.

A tabela 2 evidencia o Passivo e o Patrimônio Líquido Social da entidade aplicando-se a análise horizontal e vertical.

Tabela 2: Balanço Patrimonial – Passivo

Classificação	Descrição	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012		2012 a 2014
		R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H
2	PASSIVO	97.230,06	100,0%	2%	95.435,19	100,0%	18%	81.037,76	-	20,0%
2,1	PASSIVO CIRCULANTE	9.450,36	9,7%	15%	8.221,69	8,6%	100%	-	-	-
2.1.02	FORNECEDORES	1.428,67	1,5%	-	-	-	-	-	-	-
2.1.02.01	FORNECEDORES NACIONAIS	1.428,67	1,5%	-	-	-	-	-	-	-
2.1.06	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.021,69	8,3%	-2%	8.221,69	8,6%	100%	-	-	-
2.1.06.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	8.021,69	8,3%	-2%	8.221,69	8,6%	100%	-	-	-
2,3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87.779,70	90,3%	1%	87.213,50	91,4%	8%	81.037,76	100,0%	8,3%
2.3.05	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	87.779,70	90,3%	1%	87.213,50	91,4%	8%	81.037,76	100,0%	8,3%
2.3.05.01	SUPERÁVIT ACUMULADO	87.779,70	90,3%	1%	87.213,50	91,4%	8%	81.037,76	100,0%	8,3%

Fonte: Autor (2012 a 2014)

Pode-se observar que nos anos de 2012 e 2013 não há saldo na conta Fornecedores, e que em 2014 este valor representa 1,5% do Passivo, com um crescimento de 20% no período de 2012 a 2014 puxados pelo Patrimônio Líquido

que detém 90,3% do total do Passivo, o que mostra que a entidade está financeiramente bem.

O Superávit teve um crescimento de 8,3% no acumulado, apesar de ter evoluído apenas 1% de 2013 para 2014.

A Tabela 3 apresenta a Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício no Período de 2012 a 2014.

Tabela 3: Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício

Classificação	Descrição	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012			2012 a 2014
		R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H	R\$	% A.V	% A.H	
3	RECEITAS	69.366,95	100,0%	9,2%	63.536,44	100,0%	-12,6%	72.722,01	100,0%	-4,6%	
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS	66.526,91	95,9%	6,9%	62.247,70	98,0%	-2,1%	63.608,59	87,5%	4,6%	
3.1.02	RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	66.526,91	95,9%	6,9%	62.247,70	98,0%	-2,1%	63.608,59	87,5%	4,6%	
3.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES VOLUNTÁRIAS	66.526,91	95,9%	6,9%	62.247,70	98,0%	-2,1%	63.608,59	87,5%	4,6%	
3.3	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.840,04	4,1%	120,4%	1.288,74	2,0%	-85,9%	9.113,42	12,5%	-68,8%	
3.3.01	RECEITAS FINANCEIRAS	39,16	0,1%	291,2%	10,01	0,0%	-94,4%	179,04	0,2%	-78,1%	
3.3.01.01	DESCONTOS OBTIDOS	39,16	0,1%	291,2%	10,01	0,0%	-94,4%	179,04	0,2%	-78,1%	
3.3.01.03	RECEITAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3.3.02	OUTRAS RECEITAS	2.800,88	4,0%	119,0%	1.278,73	2,0%	-85,7%	8.934,38	12,3%	-68,7%	
3.3.02.01	LUCROS DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES	306,15	0,4%	132,8%	131,53	0,2%	77,1%	74,28	0,1%	312,2%	
3.3.02.02	ADMINISTRATIVAS	2494,73	3,6%	117,5%	1.147,20	1,8%	-87,1%	8.860,10	12,2%	-71,8%	
4	CUSTOS E DESPESAS	68.800,75	99,2%	19,9%	57.360,70	90,3%	100,4%	28.622,77	39,4%	140,4%	
4.1	CUSTO	540,00	0,8%	184,2%	190,00	0,3%	-90,1%	1.920,50	2,6%	-71,9%	
4.1.01	CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	540,00	0,8%	184,2%	190,00	0,3%	-90,1%	1.920,50	2,6%	-71,9%	
4.1.01.02	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	540,00	0,8%	184,2%	190,00	0,3%	-90,1%	1.920,50	2,6%	-71,9%	
4.2	DESPESAS OPERACIONAIS	68.260,75	98,4%	19,4%	57.170,70	90,0%	114,1%	26.702,27	36,7%	155,6%	
4.2.02	ADMINISTRATIVAS	67.193,17	96,9%	19,2%	56.370,59	88,7%	116,4%	26.054,43	35,8%	157,9%	
4.2.02.02	OCUPAÇÃO	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%	160,76	0,2%	-100,0%	
4.2.02.03	UTILIDADES E SERVIÇOS	3.357,81	4,8%	-30,1%	4.802,16	7,6%	9,1%	4.400,61	6,1%	-23,7%	
4.2.02.05	DESPESAS GERAIS	62.697,94	90,4%	21,6%	51.568,43	81,2%	147,3%	20.852,26	28,7%	200,7%	
4.2.02.06	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	1.137,42	1,6%	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%	640,80	0,9%	77,5%	
4.2.03	DESPESAS FINANCEIRAS	1.067,58	1,5%	33,4%	800,11	1,3%	23,5%	647,84	0,9%	64,8%	
4.2.03.01	RESULTADO FINANCEIRO	1.067,58	1,5%	33,4%	800,11	1,3%	23,5%	647,84	0,9%	64,8%	
	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	566,20	0,8%		6.175,74	9,7%		44.099,24	60,6%		

Fonte: Autor (2012 a 2014)

Em 2013 houve uma queda de 12,6% nas Receitas comparada com ano de 2012 devido à diminuição das Receitas Operacionais que caíram 85,9%. Ainda em 2013 o resultado do Superávit caiu drasticamente, pois os custos e Despesas aumentaram em 100,4% no período, dados relacionados na tabela 3.

Em 2014 as Receitas tiveram aumento de 9,2% proporcional as Receitas Operacionais que subiram 6,9%. Os Custos e Despesas tiveram um aumento de 19,9%, o que contribuiu para um Superávit menor em relação ao ano anterior.

Nos anos analisados a Entidade operou com Déficit, porém conseguimos perceber que ao longo do período analisado, o Superávit vem reduzindo e as Receitas tiveram pequenas variações devido ao aumento dos Custos e Despesas que cresceram 140% entre 2012 a 2014.

Os Indicadores Financeiros são elementos que representam o conceito de análise de balanço. São cálculos feitos a partir do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, com o intuito de analisar a situação da empresa.

Tabela 4: Indicadores Financeiros

	Indicadores Financeiros			
	Período	2014	2013	2012
Liquidez	LG	6,81	8,53	1,00
	LC	6,81	8,53	1,00
	LS	6,81	8,53	1,00
Endividamento		0,11	0,09	0
Rentabilidade	ROI	58%	647%	5442%
	ROE	65%	708%	5442%

Fonte: Autor (2012 a 2014)

Com base nos índices apurados podemos notar que:

O LG (Liquidez Geral) apresentado na tabela 4 mostra que a Entidade está financeiramente bem frente as suas obrigações de curto e longo prazo em 2014. Isto quer dizer que, para cada \$ 1,00 de dívida a Entidade possui \$ 6,81 de investimentos em curto e longo prazo. Se comparado ao ano de 2013 este valor é menor, visto que no período de 2013 para 2014 houve uma diminuição do Ativo Circulante e um aumento no Exigível em Curto Prazo o que fez com que este índice diminuísse. Mesmo com a diminuição do valor neste no período a Entidade ainda consegue pagar suas dividas e ter saldos disponíveis para outros investimentos.

Como mostra a tabela acima o LC (Liquidez Corrente) em 2013 e 2014 traduz como a Entidade consegue pagar suas dividas e ter uma folga de 753% e 581% respectivamente, visto que o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em ambos os anos.

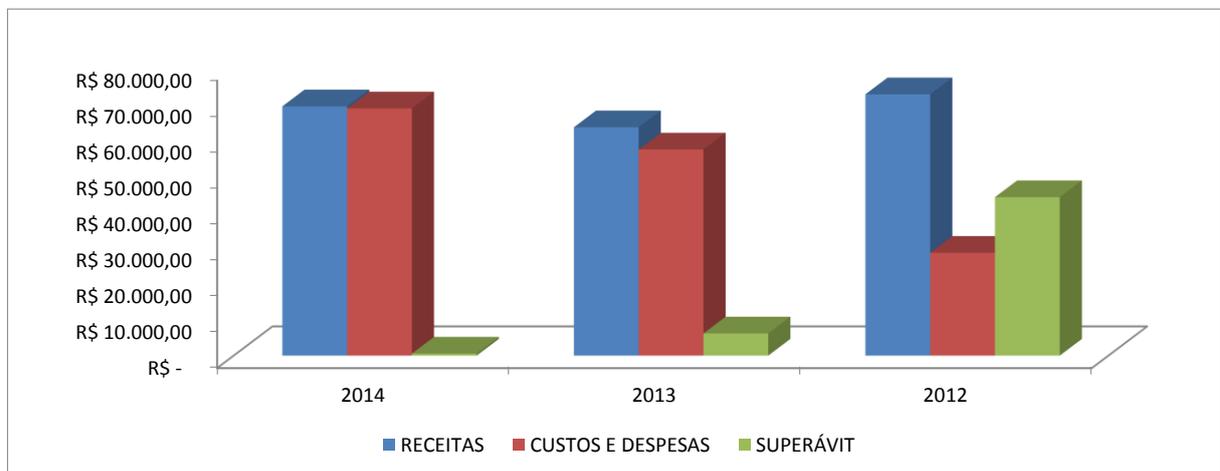
No balanço da entidade, Tabela 1, não á saldo na conta Estoques o que torna o LS (Liquidez seca) idêntico ao LC. Deste modo a Entidade possui um Ativo Circulante Liquido de \$ 6,81 e \$ 8,53 respectivamente para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante.

A Entidade mostra-se bem sólida, pois apresenta índices de endividamentos bem baixo como mostra a tabela 4, houve um aumento nos períodos de 2013 para 2014, isto porque o Exigível em curto prazo teve um pequeno aumento. O índice de endividamento inferior a 1 dá maior grau de confiança dos Credores visto que a Organização consegue arcar com suas obrigações.

Rentabilidade é um indicador que serve como forma de medir o quanto a Organização obteve de resultado em relação ao investimento aplicado. A entidade analisada veio diminuindo esta margem ao longo do período. Como podemos notar no ano de 2014 o superávit teve seu pior resultado quando comparado com os outros anos, tabela 3, apesar da receita ter um aumento de 9,2% em relação a 2013 não significou muito, pois suas despesas também aumentaram em 19,9% e consequentemente o Superávit caiu.

Em resumo a Entidade está com a saúde financeira estável, apesar das variações em seus demonstrativos. Abaixo no Gráfico 1 é fácil visualizar que as despesas aumentaram ao longo dos anos e que o Superávit retraiu.

Gráfico 1: Demonstração do Superávit ou Déficit



Fonte: Autor (2012 a 2014)

No Gráfico 1 é possível perceber que as receitas obtidas no período se manteve quase que estável, o que não ocorreu com as despesas, que só aumentou ao longo dos anos. É possível perceber que, se os Custos e Despesas continuarem nesta tendência, há uma grande probabilidade de 2015 a entidade operar com Déficit.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa é mostrar o quanto é importante à Contabilidade em uma Entidade sem finalidade de lucro. Visto que o Terceiro Setor vem desempenhando um importante papel na sociedade. Tem o objetivo de desenvolver trabalhos sociais relacionados à assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras. Ao contrário das Empresas Privadas, as Entidades sofrem com a escassez de recursos, o que é de suma importância o bom gerenciamento dos recursos já obtidos.

Como forma de gerenciar bem estes recursos, as Organizações precisam contar com uma boa gestão contábil. Esta gestão é importante, pois avalia o patrimônio como um todo, assim como a situação financeira e futuros investimentos.

Os demonstrativos contábeis ajudam a fazer as análises das atividades financeiras, econômicas, receitas arrecadadas, despesas e o patrimônio como um todo.

Foram obtidos através da Entidade demonstrativos contábeis que foram analisados com o intuito de identificar a situação econômica da organização. Serviram como base de pesquisa o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Superávit ou Déficit, e foram aplicadas as análises verticais e horizontais assim como alguns indicadores financeiros.

Foram aplicadas as análises nos períodos de 2012, 2013 e 2014, neste último, a Entidade conseguiu evoluir em 173% em seu Ativo Circulante, apesar do seu imobilizado reduzir em 42,8%, o seu Ativo teve um crescimento de 20%, consequência dos 192% de crescimento dos Depósitos Bancários a Vista, o Ativo é composto por grande parte do Ativo Circulante que representa 66,2% do total. O Passivo teve um aumento de 20% devido à conta ao aumento do Passivo Circulante que não existia em 2012, o Patrimônio Social representa hoje 90,3% do total do Passivo.

Os Custos e Despesas tiveram grandes aumentos, o que impacta diretamente no Superávit, que caiu drasticamente, visto que as receitas neste período tiveram queda de 4,6%.

Contudo a Entidade apresenta indicadores financeiros excelentes como

mostra a Tabela 4. Os índices de endividamentos mostram que há probabilidades de futuros investimentos.

Entidades do Terceiro Setor são vistas pela sociedade como Entidades sérias, que suprem necessidades que o governo não atende. Por isso há a importância da transparência por parte da organização, não foi localizada neste período Notas Explicativa, a Entidade ainda utiliza o DOAR (Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos) que foi substituída em 1º de janeiro de 2008 pelo DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa), no Balanço Patrimonial não consta saldo na conta Estoques, as Demonstrações Contábeis não vieram a público, uma vez que grande parte dos recursos obtidos é através de doações por parte da sociedade que espera a prestação de conta.

ACCOUNTING IN THE THIRD SECTOR: Accounting as the main form of organizational survival management.

ABSTRACT

Non-profit public interest entities, which are subsidized by the private sector, are playing an important role in society. These organizations are characterized as Third Sector and its main objective is to promote actions that bring benefits to the communities. The growth of institutions and the search for activities that bring social well-being lack instruments that make them trustworthy to the population and the state. Accounting has this tool that can make organizations more transparent and trustworthy. This study aims to understand how accounting can help a Third Sector organization, for this we will make a qualitative and quantitative research that evidences with facts and data of a certain institution inserted in the municipality of João Monlevade, the real estate situation , In order to seek opportunities that may bring some benefit to the institution.

Keywords: Accounting. Organization. Patrimony. Third sector

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

ATKINSON, A. A.; et al. **Contabilidade Gerencial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011

BRASIL. **Código Civil e Legislação Civil em vigor**. Theotonio Negrão e José Roberto Ferreira Gouvêa. 22ª ed. Atualizada até 13 de Janeiro de 2003. São Paulo: Saraiva, 2003

_____. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm. Acesso em: 10 de Out de 2016

_____. **Lei No 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L6404consol.htm#art183i. Acesso em 10 de Out de 2016

_____. **Lei Ordinária 10.825 de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dezembro 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm>. Acesso em: 20 de Out de 2016

_____. **Lei N 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Institui o Código Civil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 12 de Out de 2016

_____. **Lei Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 10 de Out de 2016

_____. **Lei Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição e da outras providencias. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 mai. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/lei/L11941.htm. Acesso em 15 de Out de 2016

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**/ Conselho Federal de Contabilidade. — Brasília: CFC, 2003. Disponível em http://www.socialiris.org/fncasp/digital/attachments/article/2/Normas_Brasileiras_de_Contabilidade.pdf. Acesso em 15 de Out de 2016

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social** / Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. reimpr. -- Brasília: CFC, 2008. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf. Acesso em 18 de Out de 2016

_____. **Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG - geral - normas completas, NBC TG – estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42)** / Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/NBC_TG_COMPLETAS03.2013.pdf. Acesso em 15 de Out de 2016

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A.; DOMINGOS, L. E. C. **O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: análise do XIV Congresso Brasileiro de Custos. Contexto**, Porto Alegre, v. 7, n. 12, 2º semestre 2007

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23 ed. Ed. Atlas. São Paulo, 1997. 407p

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**, 7ª edição, São Paulo : ed. Atlas, 2004

_____. **Teoria da contabilidade**. 10ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009

OLAK, P. A; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, Administrativos, contábeis e tributários**. 4ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003

PIANA, C. F. B; MACHADO, A. A; SELAU, L. P. R. **Estatística Básica**. Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2009

SÁ, A. L. **Introdução às Ciências Contábeis**. São Paulo: Tecnoprint, 1987

_____. **Teoria da contabilidade superior: história e filosofia da Contabilidade**. Belo Horizonte: Una, 1994

SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14ª ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 2005

VIANA, N. **O que são Partidos Políticos**. Goiânia: Edições Germinal, 2003

VERGARA S. M. A. **Projetos e relatórios em administração**. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007